

Situação do mercado de trabalho e dos indicadores de saúde com os dados da PNAD COVID19

André Gal Mountian¹, Bruno Augusto de Oliveira² Garcia, João Marcus Pereira Rodrigues³, Letícia Figueiredo Collado⁴, Marcelo Nakamura Saito⁵

1. Introdução

Este é o primeiro de uma série de artigos que buscam monitorar dados de conjuntura relativos à atual crise sanitária no Brasil. O monitoramento é de grande relevância para a compreensão e diagnóstico do fenômeno em questão, bem como para a formulação e implementação de políticas públicas que visam responder adequadamente aos desafios sociais e econômicos impostos pela pandemia.

Este artigo apresenta os resultados da PNAD de maio de 2020 — PNAD COVID19 — conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta pesquisa acompanhou domicílios ao longo das 4 semanas do mês de maio visando estimar o número de pessoas com sintomas compatíveis à covid 19, a pro-

¹ Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP/EACH/USP), pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP) e do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP).

² Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP/EACH/USP).

³ Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP/EACH/USP).

⁴ Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP/EACH/USP).

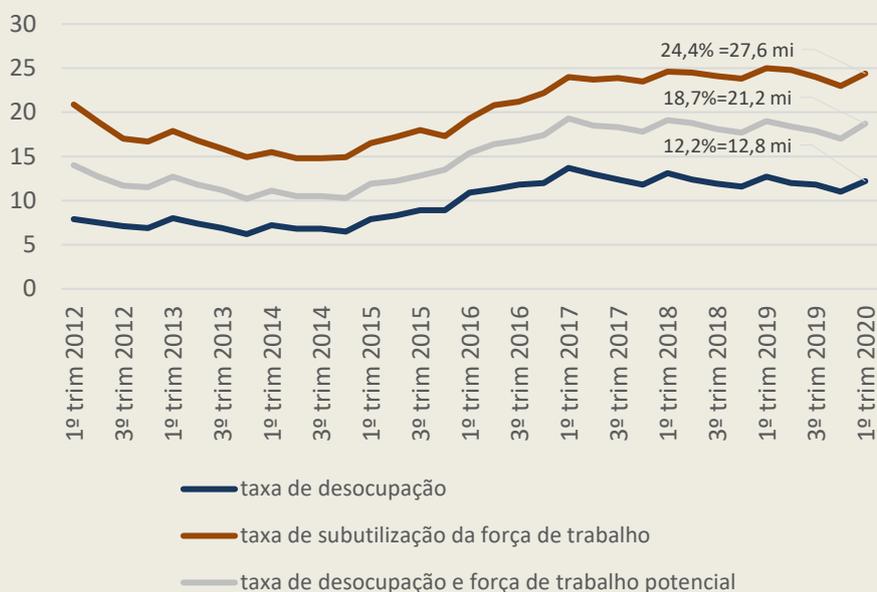
⁵ Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP/EACH/USP).

cura por equipamentos de saúde, bem como a situação do mercado de trabalho. Devido ao isolamento social necessário para o enfrentamento da pandemia, a pesquisa não pôde ser feita pessoalmente como de costume, de modo que os inquéritos foram realizados por telefone. A PNAD COVID19 foi apresentada como uma estatística experimental, pois ainda não atingiu grau de maturidade completo do ponto de vista metodológico, de modo que a comparação com as PNAD Contínuas anteriores deve ser vista com cautela. De toda forma, trata-se de um instrumento fundamental para a compreensão da natureza e da extensão dos efeitos da crise sanitária sobre indicadores de saúde e do mercado de trabalho.

2. Evolução do mercado de trabalho

Desde o início da série histórica da PNADC, em 2012, o mercado de trabalho brasileiro sofreu uma grande deterioração em seus níveis de emprego, acompanhado de períodos de queda no rendimento médio e aumento no nível da informalidade (IBGE, 2020). A taxa de desemprego, que era de 6,2% ao final de 2013, alcançou a marca de 13,7% no primeiro trimestre de 2017 e atingiu 12,2% no 1º trimestre de 2020 (que representa 12,8 milhões de desempregados), com elevação em relação ao 4º trimestre de 2019, já sob efeito inicial da crise sanitária, conforme mostrado no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1. Taxa de desocupação e taxa de subutilização da força de trabalho no Brasil, de 2012 a 2020, dados trimestrais (em %)



Fonte: PNADC/IBGE

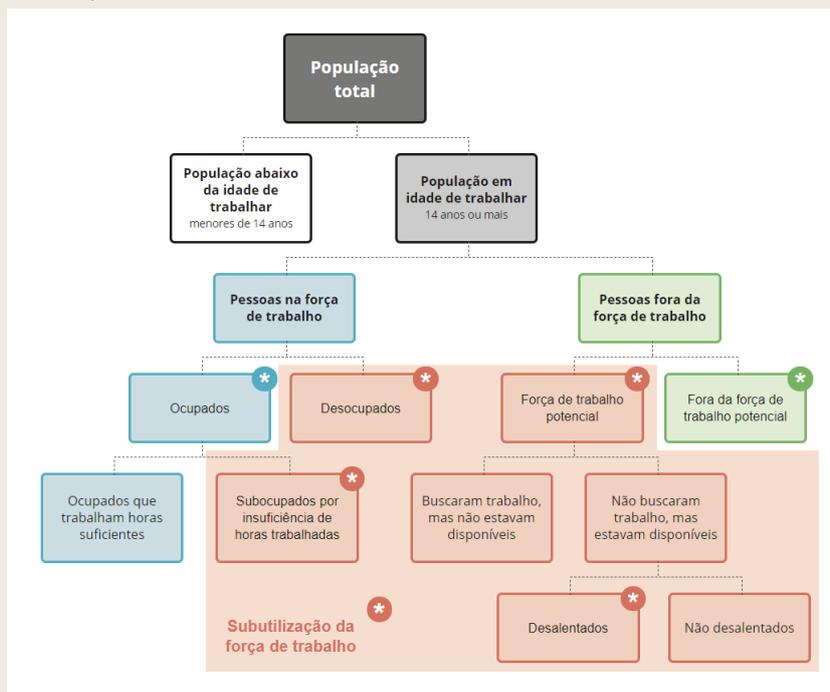
A taxa de desocupação é uma das formas de medir a subutilização da força de trabalho, mas a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda que o monitoramento do desemprego seja complementado com outras duas medidas de subutilização: subocupados por insuficiência de horas trabalhadas⁶ e força de trabalho potencial⁷. Considerando a taxa de subutilização da força de trabalho total, que é composta pela soma destes três componentes, no 1º trimestre de 2020 esta taxa foi de 24,4%,

⁶ O grupo dos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas é formado pelas pessoas em idade ativa, que trabalhavam menos do que 40 horas, e gostariam de trabalhar mais horas.

⁷ A força de trabalho potencial é formada pelas pessoas inativas na semana de referência (não estavam ocupadas nem desocupadas), que não buscaram por trabalho, mas gostariam de trabalhar. Além disso, pode envolver pessoas que buscaram trabalho, mas não estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

totalizando 27,6 milhões de trabalhadores. A figura 1 abaixo explica de forma esquemática os componentes da população em idade ativa.

Figura 1. Composição do contingente na força de trabalho e fora da força de trabalho



Fonte: IGBE (2020)

O aumento da taxa de desemprego verificado entre o 4º trimestre de 2019 e o 1º trimestre de 2020 foi acompanhado por um pequeno aumento do rendimento médio do trabalho, de R\$ 2.261 para R\$ 2.323, que pode ser interpretado como a saída dos trabalhadores mais pobres entre os ocupados que acarretou em elevação do rendimento médio.

O gráfico 1 mostra que em 2019 houve queda na taxa de desemprego, de 12,7% para 11% da força de trabalho, mas a crise do coronavírus jogou por terra qualquer expectativa de retomada, como indicada pela PNADC do 1º trimestre de 2020, bem como pela divulgação da PNAD do mês de maio, chamada de

PNAD COVID19. Um primeiro dado que chama a atenção desta pesquisa é a queda na taxa de ocupação, que alcançou 49,7% das pessoas em idade ativa em maio de 2020, a menor da série histórica. Em particular na região Nordeste, o nível de ocupação alcançou 41,5% das pessoas acima de 14 anos de idade.

Do ponto de vista do contingente desocupado, a PNAD de maio de 2020 mostra que 10,1 milhões de trabalhadores não estavam ocupados e procuraram trabalho no período de referência, correspondendo a 10,7% da força de trabalho. A tabela 1 mostra que este dado subestima a taxa de desemprego, pois 26,3 milhões de pessoas inativas (ou seja, que estão fora da força de trabalho) não procuraram trabalho, mas gostariam de trabalhar. Desse contingente, 18,5 milhões de pessoas não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade. Dessa forma, se considerarmos o contingente desocupado, combinado com os inativos que não procuraram trabalho por conta da pandemia mas que gostariam de trabalhar, há cerca de 28,6 milhões de pessoas subutilizadas na força de trabalho, além de 9,7 milhões de trabalhadores ocupados afastados e que deixaram de receber remuneração, conforme mostrado na tabela 1.

Tabela 1. Situação no mercado de trabalho – PNAD COVID19
 (maio/2020)

Pessoas em idade ativa	Maio/2020 (mil pessoas)
Pessoas na força de trabalho (ativos)	
Pessoas ocupadas (I)	84.404
Pessoas ocupadas que trabalhavam de forma remota	8.709
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho ¹	18.964
Pessoas ocupadas e afastadas do trabalho devido ao distanciamento social	15.725
Pessoas ocupadas, afastadas do trabalho, e que deixaram de receber remuneração	9.729
Pessoas desocupadas (II)	10.129
Total (III) = (I) + (II)	94.533
Pessoas fora da força de trabalho (inativos)	
Não procuraram, mas gostariam de trabalhar (IV)	26.294
Não procuraram por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, mas gostariam de trabalhar	18.455
Não gostariam de trabalhar (V)	49.066
Total (VI) = (IV) + (V)	75.360
Total (pessoas em idade ativa) = (III) + (VI)	169.893

1 Na semana de referência da pesquisa um trabalhador ocupado pode estar afastado por uma diversos motivos, como férias, folga, licença maternidade ou paternidade, doença, acidente, entre outros. Nesta PNAD foi incluído o motivo do distanciamento social.

Fonte: PNAD COVID19/IBGE

A tabela 1 mostra que cerca de 8,7 milhões de ocupados estavam trabalhando de forma remota em maio de 2020. De acordo com a PNAD COVID19, desse contingente, 6,3 milhões (72,8%) tinham ensino superior ou pós graduação e somente 236 mil (2,7%) tinham nível de instrução até o ensino médio incompleto. Considerando que as pessoas com ensino superior ou pós graduação representam 24% da força de trabalho ocupada, signi-

fica que a possibilidade de continuar os trabalhos de forma remota é desigual na população, constituindo uma possibilidade especialmente para os trabalhadores mais qualificados.

Do ponto de vista dos rendimentos recebidos em todos os trabalhos, observa-se uma queda no rendimento médio efetivamente recebido, relativamente ao normalmente adquirido. Enquanto os ocupados costumavam receber R\$ 2320 por mês, em maio de 2020 o rendimento médio efetivo foi de R\$ 1899.

Tabela 2. Proporção de domicílios que receberam auxílio emergencial e rendimento médio, por região (maio/2020)

	Domicílios que receberam auxílio emergencial (%)	Rendimento médio (R\$)
Brasil	38,7	847
Norte	55,0	936
Nordeste	54,8	907
Sudeste	31,3	791
Sul	26,0	772
C.O.	36,7	794

Fonte: PNAD COVID19/IBGE

Uma das políticas públicas implementadas para mitigar os efeitos sociais da crise sanitária foi a adoção do auxílio emergencial. A tabela 2 mostra a proporção de domicílios que recebeu o auxílio e o rendimento médio. No país como um todo, 38,7% dos domicílios receberam auxílio emergencial. Esta proporção é maior nas regiões Norte e Nordeste, com cerca de 55%, e menor na região Sul, com 26% dos domicílios beneficiados. O rendimento médio por domicílio foi de R\$ 847 no mês de maio, com valor de R\$ 936 na região Norte e R\$ 772 na região Sul.

3. Indicadores de Saúde

Além do acompanhamento do mercado de trabalho, a PNAD COVID19 de maio de 2020 inquiriu a amostra selecionada sobre um conjunto de indicadores de saúde. Uma primeira informação relevante está relacionada ao tipo de seguro saúde possuído pelas pessoas. Da população residente estimada, cerca de 71% relatou não possuir plano de saúde médico e 29% que tinha plano de saúde⁸. Isso indica grande dependência da população em relação ao serviço público de saúde, que é revelado pelo estabelecimento de saúde procurado entre aqueles que apresentaram sintomas compatíveis com a covid, conforme mostrado na tabela 3 abaixo. Entre as pessoas que apresentaram sintomas, cerca de 75% procuraram estabelecimento público de saúde. Além disso, 44,6% procurou posto de saúde, unidade básica de saúde ou equipe de Saúde da Família, e 38,2% buscou pronto socorro ou hospital do SUS.

⁸ Esse percentual varia significativamente de acordo com as regiões do país, entretanto, não ultrapassa dois quintos da população em nenhuma região. Como pode ser observado nos dados, a região com maior percentual de pessoas com plano de saúde é a Sudeste (38,4%), seguida pela região Sul (34,4%), Centro-Oeste (29,6%), Nordeste (17,1%) e Norte (14,3%).

Tabela 3. Percentual de pessoas que procuraram estabelecimento de saúde entre aquelas que apresentaram algum dos sintomas (%)

Estabelecimento de saúde	Pessoas sintomática que procuraram estabelecimento de saúde (%)
Estabelecimento público de saúde	74,8
Posto de saúde/Unidade básica de saúde /Equipe de Saúde da Família	44,6
Pronto socorro do SUS/UPA	23,6
Hospital do SUS	17,8
Pronto socorro ou hospital do SUS	38,2
Estabelecimentos privados de saúde ou ligado às forças armadas	25,0
Ambulatório ou consultório privado ou li- gado às forças armadas	10,2
Pronto socorro ou hospital privado ou li- gado às forças armadas	15,9
Hospital privado ou ligado às forças ar- madas	12,2
Hospital público, privado ou ligado às for- ças armadas	29,7

Fonte: PNAD COVID19/IBGE

A PNAD COVID19 investigou uma série de sintomas relacionados a covid-19, como perda de cheiro, perda de sabor, tosse, febre, dificuldade para respirar, febre e dor no peito. Dos 68 milhões de domicílios brasileiros, cerca de 2,8 milhões tiveram pelo menos um morador com sintomas conjugados. Considerando que cada domicílio tem 3 moradores em média, isso significa que, potencialmente, entre 2,8 milhões e 8,4 milhões de pessoas possuem sintomas conjugados de covid-19. Ainda em relação aos domicílios, cerca de 22 milhões têm a presença de um morador idoso, isso equivale a 32,6% do total. Dos domicílios que responderam afirmativamente para a presença de ao menos

um morador com sintomas conjugados, 24,5% tinham a presença de idosos (681 mil domicílios). A região com mais domicílios com idosos no Brasil é a região Sudeste, com cerca de 10,5 milhões (35,2% do total), seguida pela região Nordeste, com cerca de 5,3 milhões (30,6%). Essas regiões também contêm a maioria dos domicílios que responderam afirmativamente para a presença de ao menos um morador com sintomas conjugados (Nordeste com 1 milhão e Sudeste com 817 mil). A tabela 4 abaixo apresenta a proporção de pessoas que relataram alguns desses sintomas, bem como a proporção de pessoas internadas, dentre aquelas que procuraram hospital.

Tabela 4. Indicadores de saúde – maio/2020

	Perda de cheiro ou de sabor (%)	Tosse, febre e dificuldade para respirar (%)	Tosse, febre e dor no peito (%)	Algum dos sintomas (%)	Sintomas conjugados (%)	Internação (%)
Total	1,8	0,5	0,5	11,4	2,0	10,1
Homem	1,6	0,5	0,5	10,1	1,8	12,6
Mulher	2,1	0,5	0,5	12,6	2,3	7,8
0 a 59 anos	1,9	0,5	0,5	11,3	2,1	7,0
60 anos ou mais	1,4	0,4	0,3	11,9	1,6	27,5
Branca	1,1	0,3	0,3	10,4	1,3	11,6
Preta ou parda	2,4	0,6	0,6	12,1	2,6	9,3
Norte	7,3	2,3	2,6	18,3	7,8	9,7
Nordeste	2,5	0,5	0,4	12,2	2,7	5,5
Sudeste	1,0	0,3	0,3	10,8	1,2	12,7
Sul	0,5	0,1	0,1	9,5	0,6	16,3
Centro-Oeste	0,3	0,1	0,2	7,3	0,4	11,5

Fonte: PNAD COVID19/IBGE

Entre as pessoas que procuraram hospital, a média de pessoas internadas no Brasil é de 10,1%. Essa taxa é maior na região Sul (16,3%) e menor na região Nordeste (5,5%), podendo indicar diferenças na oferta de serviços públicos e privados de saúde, entre outros motivos. Ainda do ponto de vista da internação, a proporção é maior entre pessoas acima de 60 anos (27,3% deste grupo), considerado como grupo de risco da pandemia.

No que diz respeito aos sintomas, a região Norte é que apresenta a maior proporção entre as regiões brasileiras, com 18,3% da população relatando apresentar pelo menos um destes sintomas. Outra informação que chama a atenção na tabela 4 é que a proporção de sintomas relatados entre mulheres e pretos/par-

dos é superior à proporção de homens e brancos, respectivamente. No entanto, a taxa de internação de homens e brancos é superior à taxa de internação entre mulheres e pretos/pardos.

Referências Bibliográficas

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD COVID19, disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-se-manal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19, acesso em 26 de maio de 2020.

IBGE. O que é desemprego, disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>, acesso em 26 de maio de 2020.